

Análise das formas verbais imperativas nas *Cantigas de Santa Maria*

(*Analysis of Imperative Forms in the Cantigas de Santa Maria*)

Gisela Sequini Favaro¹

¹ Departamento de Linguística – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)

giselasfavar@gmail.com¹

Abstract: This research aims at mapping and analyzing the imperative verbal forms in Archaic Portuguese (AP). The corpus is composed of Alfonso X's *Cantigas de Santa Maria*. The relevance of this research consists in analyzing the morphological structure of imperative verbal forms, which has not been studied yet regarding the verbal formation in Archaic Portuguese. The main goal is to show whether the imperative morphological structure in AP already worked as an independent mood or not, as well as helping to understand the history of the language, in the sense of elucidating some important facts of the linguistic past of Portuguese that can help to understand facts of its contemporary structure.

Keywords: Historical Linguistics; Imperative Mood; Archaic Portuguese.

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivos principais o mapeamento e a análise das formas verbais imperativas no português arcaico (PA). Serão consideradas como objeto de estudo as formas do imperativo e o contexto em que estão conjugadas em PA. A metodologia para o desenvolvimento deste projeto é constituída pela coleta e análise dos dados nas *Cantigas de Santa Maria*. A relevância desta pesquisa reside, principalmente, em analisar a estruturação morfológica do imperativo, ainda não estudada no que se refere à constituição verbal da época medieval. Através deste trabalho, pretendemos mostrar se o imperativo no PA já funcionava como modo independente ou não, ajudando, dessa maneira, a compreender um pouco mais da história do idioma.

Palavras-chave: linguística histórica; modo imperativo; português arcaico.

Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar o sistema verbal no português arcaico (PA) dos séculos XII-XIII, especificamente no que se refere às formas do imperativo. Para a realização deste estudo, serão consideradas como objeto as formas verbais imperativas ocorrentes no recorte temporal focalizado.

A relevância do tema desta pesquisa reside em seu ineditismo. Apesar de existirem diversos estudos sobre o período arcaico (COUTINHO, 1958; SILVA NETO, 1952; SAID ALI, 1964; MATTOS E SILVA, 1989, 2001; MAIA, 1997 [1986]), não encontramos trabalhos que envolvam as mudanças morfológicas do imperativo no que se refere à constituição verbal da época medieval, na medida em que o que temos são apenas alguns comentários breves sobre a conjugação das formas verbais naquele período. Assim, estudando a formação das conjugações verbais da língua portuguesa em seu estágio “inicial” (ou melhor, no estágio temporal em que primeiramente começa a ser referida com esse nome), poderemos contribuir para a observação de mudanças linguísticas que ocorreram na constituição do sistema verbal ao longo dos tempos.

¹ Bolsista Capes de Doutorado.

A escolha do modo imperativo se justifica por duas razões: em primeiro lugar, existem poucos estudos que tratam da mudança morfológica sofrida no emprego das formas imperativas no PB (FARACO, 1982; SCHERRE, 2002; PERINI, 1996); e, em segundo lugar, nenhum desses poucos estudos traz análises envolvendo dados da época da origem da língua portuguesa para justificar a causa e a natureza dessa mudança morfológica.

Breves considerações sobre o modo imperativo

As gramáticas tradicionais do português postulam que o imperativo possui formas próprias somente para a segunda pessoa do singular e segunda pessoa do plural. As demais pessoas são extraídas do presente do subjuntivo. O imperativo negativo não apresenta uma formação própria, sendo integralmente suprido pelo presente do subjuntivo, anteposta às formas verbais uma partícula de negação, sendo na maioria das vezes a partícula *não*.

A partir de uma perspectiva histórica, verificamos que o uso do imperativo já era motivo de discussão desde o latim no que diz respeito à sua formação. Lendo a Gramática Superior da Língua Latina, de Faria (1958), constatamos que o imperativo, na língua indo-europeia, era utilizado somente para exprimir uma ordem ou um pedido e não uma proibição. Segundo o autor, não havia o imperativo negativo na origem do latim.

Para suprir essa necessidade, Faria (1958, p. 382) afirma que era empregada a partícula negativa *ne* (na grande maioria dos casos) anteposta ao imperativo afirmativo. Existia, também, uma construção em que se empregava o infinitivo presente seguido do imperativo do verbo *nolo*, ou, ainda, o perfeito do subjuntivo era precedido de uma negação, sendo essa última construção muito comum no período clássico.

Faria (1958, p. 382) ainda ressalta que o presente do subjuntivo já era utilizado com a função de imperativo afirmativo na 3ª pessoa. De acordo com o autor, o subjuntivo presente pode ser empregado com valor de imperativo para dar ordem na terceira pessoa do imperativo positivo ou negativo, e na segunda pessoa somente no imperativo negativo (FARIA, 1958, p. 382).

Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136) também afirma que no latim o subjuntivo estava associado ao modo imperativo, sendo esse último utilizado para dar ordens e proibições. De acordo com autor, eram as formas do subjuntivo que supriam as pessoas que faltavam no imperativo: a 3ª pessoa (no tratamento do ouvinte nessa pessoa) e a 1ª pessoa do plural, quando o falante impõe a outras pessoas uma ordem ou tarefa.

Essa estrutura é válida, segundo Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136), para as ordens. Em relação às proibições, caracterizadas pela partícula negativa diante do verbo, em todas as pessoas as formas subjuntivas são obrigatórias. O autor, porém, faz uma ressalva dizendo que no latim clássico era utilizada a forma do pretérito perfeito em vez do subjuntivo para o imperativo negativo. O latim vulgar adotou o emprego do presente (imperfeito); por exemplo: lat. cl. *ne feceris*, lat.vulg. *non facias*, port. *não faças*.

Câmara Jr. (1976 [1970], p. 136) também afirma que ocorreu em português uma simplificação do sistema imperativo, pois o latim distinguia um imperativo presente utilizado para ordens imediatas, e um imperativo futuro para o que deveria ser cumprido mais tarde. De acordo com o autor, as formas do futuro foram eliminadas, permanecendo somente o imperativo presente.

Outro aspecto interessante apontado por Câmara Jr. (1976 [1970]) é que desde o latim já existia uma fluidez em relação à concepção do uso do imperativo e do subjuntivo para expressar desejo. Segundo o autor, o uso do imperativo era um modo delicado de dar uma ordem. Isso não ocorria somente no latim vulgar, mas também na linguagem culta coloquial. No Brasil é profunda a tendência a substituir o imperativo pelo indicativo presente, e o mesmo se observa nas proibições, em que também são assim substituídas as formas do subjuntivo (CÂMARA JR., 1976 [1970], p. 136).

Para Said Ali (1964, p. 111), as formas próprias do imperativo (2ª pessoa do singular e 2ª pessoa do plural) só diferem das formas do presente do indicativo pela eliminação do *-s* final, por exemplo, *canta, cantai, traze, trazei* etc. Já o verbo *ser*, segundo o autor, no português antigo apresentava as formas *sei* e *sede*, idênticas às do extinto *seer* (latim *sedere*). O autor ainda diz que a 2ª pessoa do singular do verbo *dizer* apresentava em português antigo duas formas: *di* e *dize*, semelhantes ao imperativo de *dicere* em outras línguas românicas.

Coutinho (1958), em sua *Gramática Histórica*, assim como Câmara Jr. (1976 [1970]), diz que não passaram ao português as formas latinas do imperativo futuro. O autor também afirma que na segunda pessoa do plural ocorreu a sonorização do *-t* em *-d* na passagem do latim ao português e que a queda deste operou-se, em português, no correr do século XV (COUTINHO, 1958, p. 316).

Sobre a conjugação das formas do imperativo, Faria (1958) diz que o presente era conjugado apenas na segunda pessoa do singular e na segunda pessoa do plural. A respeito dessa última pessoa, Maurer Jr. (1959) afirma que a 2ª pessoa do plural era pouco utilizada, chegando até a desaparecer. De acordo com autor, uma inovação mais importante do plural é a tendência para empregar a forma correspondente do indicativo em lugar do imperativo. “Na língua vulgar é especialmente a 2ª pessoa do plural que assim se emprega, a ponto de perder-se o imperativo antigo em diversas línguas românicas” (MAURER JR., 1959, p. 142).

Menon (1984) afirma que por mais que em uma língua não exista o modo imperativo, isso não atesta que não haja outros recursos que possam exprimir ordem ou proibição. Nesse caso, para dar ordem nem precisamos usar palavras: gestos, sinais e olhares também podem ser utilizados.

Por outro lado, Câmara Jr. (1964, p. 231-232), em seu *Dicionário de Filologia e Gramática*, afirma que existem três modos distintos no português: indicativo (que indica a certeza do fato), subjuntivo (o modo da dúvida) e imperativo (quando queremos que um fato ocorra).

A respeito do modo imperativo, Câmara Jr. (1964) diz que é utilizado para exprimir ordem, tendo relação com o presente e com o futuro. O autor ainda ressalta que as formas imperativas são apenas referentes às segundas pessoas, porém considera também a existência da terceira pessoa, devido ao que ele chama de “tratamento indireto”, e a primeira pessoa do plural, pois o falante pode se inserir na ordem expressa.

O autor também explica que a correspondência das formas do imperativo com a do presente do indicativo relativas a *tu*, na perspectiva histórica, provém do imperativo latino. A respeito dessa relação, Câmara Jr. (1964) declara ser aquele mais “agressivo” e este usado para expressar ordens de forma mais indireta.

Já Pontes (1972), ao fazer sua análise sobre o modo, afirma que em português temos apenas o modo indicativo e o modo subjuntivo, ela não faz nenhum tipo de comentário sobre o modo imperativo. Porém, ao final de sua obra, a autora afirma que não temos mais o imperativo, mas uma extensão do uso do presente do indicativo.

Para Stavrou (1973, p. 93), a forma variante seria o presente do indicativo, e esse uso, em vez da forma subjuntiva, ocorre devido a *the softening of command forms*, que é uma espécie de suavização das formas imperativas. De acordo com o autor, no PB falado não usamos mais o subjuntivo para expressar o imperativo, mas sim a forma indicativa.

Monteiro (2002) também faz suas considerações sobre o imperativo. O autor também afirma que o imperativo ocorre somente com a 2ª pessoa, seja ela do singular ou do plural, já que as ordens são dirigidas ao ouvinte, aquele com quem se fala. Outro aspecto interessante apontado por Monteiro (2002) é que as formas verbais do indicativo teriam, segundo ele, a função de expressar o imperativo. Para o autor, podemos utilizar uma forma verbal por outra, o que é bastante comum na língua portuguesa.

Perini (1996) afirma que o imperativo possui um uso muito especializado, já que seus únicos valores são para exprimir ordem e pedidos. Porém, assim como Monteiro (2002), o autor concorda que podemos usar orações indicativas para expressar ordem e pedidos.

Vilela e Koch (2001) definem que modo o imperativo, objeto de estudo desta pesquisa, é considerado uma forma semiconjugada, pelo fato de a maior parte das formas de pessoa ser extraída do subjuntivo. Segundo os autores, o valor do imperativo está pautado a toda situação comunicativa, uma vez que só pelo contexto saberíamos se está sendo usado para expressar imposição, conselho etc.

Scherre (2002) também afirma que, quando os enunciados são dirigidos a mais de uma pessoa, a preferência é sempre pelas formas subjuntivas e não imperativas. A respeito da forma variante, a autora diz que o seu uso não acarreta nenhum tipo de problema para o falante, e a variação no uso do imperativo não distingue grupos sociais. Não existe estigma social associado ao uso do imperativo na forma indicativa ou na forma subjuntiva. As duas formas não são marcadas de prestígio nem são usadas como estereótipos do suposto mal falar (SCHERRE, 2002, p. 6).

Faraco (1982) postula que a forma variante, apesar de contradizer a gramática e ser utilizada em situações informais, não é utilizada apenas por pessoas de baixa escolaridade. A variação envolve aspectos da situação, do contexto, dos objetivos do falante e do tipo de assunto abordado.

Portanto, como pode ser visto, os trabalhos que tratam da mudança sofrida pelas formas verbais imperativas apresentam análises envolvendo dados mais recentes da língua. Mesmo nas gramáticas históricas, só é possível notar descrições da estrutura morfológica das formas verbais imperativas e em quais contextos elas eram aplicadas e dos contextos nos quais elas eram empregadas.

Em nenhum momento temos uma análise mais detalhada envolvendo dados do estágio inicial da língua, a fim de averiguar se a situação que encontramos hoje, em relação à dúvida quanto ao imperativo ser um modo independente ou não, já ocorria no PA.

Corpus

O *corpus* para a realização desse trabalho é constituído pelas *Cantigas de Santa Maria* (CSM). De acordo com Ferreira (1994, p. 58), as CSM são “the collection of more than four hundred songs dedicated to the Virgin Mary by Alfonso X, the King of Castile and León, survives in four medieval manuscripts”.²

Segundo Parkinson (1998, p. 179), as CSM constituem um monumento literário, musical e artístico da mais elevada importância e sua escolha como objeto de estudo se dá devido à grande riqueza lexical que apresentam.

O’Callaghan (1998, p. 2) também ressalta a importância das CSM ao afirmar que “the poems were written in the language of medieval Galicia and Portugal, the medium of expression. Preferred by the lyric poets of the day”.³

Ainda sobre a relevância das CSM, Pena (1992, p. 49) afirma que “as cantigas, acompanhadas das correspondentes notações musicais e tamén, nalgún dos códices dun amplo número de miniaturas, representan un legado dunha importancia extraordinaria desde os apartados literario, pictorio e musical” (PENA, 1992, p. 49).⁴

Sobre o espaço em que foram produzidas as CSM, Leão (2002, p. 1) afirma que foi em um ambiente de efervescência cultural que nasceram os textos poéticos. De acordo com Parkinson (1998, p. 179), a intenção dessa coletânea sempre foi a de louvar a Virgem e aumentar a devoção a ela. Por esse motivo, todas as cantigas são na verdade de louvor e exaltam a Mãe de Deus.

Filgueira Valverde (1985, p. 49) afirma que diversos milagres marianos foram recolhidos de igrejas e santuários europeus, sobretudo franceses e ibéricos, e são de fonte confirmada e bem conhecida, mas muitos relatos ainda hoje são desconhecidos e, provavelmente, apenas orais. Ferreira (1994) também afirma que, do ponto de vista musical, as cantigas religiosas são especialmente notáveis entre a documentação remanescente de música medieval.

Ainda em relação ao local onde ocorriam as manifestações artísticas e culturais, Pena (1992, p. 23) destaca que a poesia estritamente unida à música era, no período da Idade Média, um divertimento. O autor também declara que estamos diante de uma literatura oral que “*atopa o seu obradorio, a súa <<fábrica>> nos pazos reais*” (PENA, 1992, p. 24).

2 Tradução nossa. No original: “[...] coleção com mais de quatrocentas cantigas dedicadas à Virgem Maria, elaboradas por Afonso X, o rei de Castela e Leão, que sobrevivem em quatro manuscritos medievais”.

3 Tradução nossa. No original: “[...] os poemas foram escritos na linguagem medieval da Galiza e de Portugal, o meio de expressão preferido pelos poetas líricos daqueles tempos”.

4 As citações que estão em galego-português não foram traduzidas, em função de que a Galícia faz parte da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa); como membro Observador Consultivo, sua função é a compreensão do domínio da promoção e difusão da língua portuguesa, assim como todas as áreas de cooperação nas quais a CPLP desenvolve ações específicas (Disponível em: <<http://www.cplp.org>>. Acesso em: 24 nov. 2013). Sendo assim, por se tratar de uma região lusófona, optou-se por não traduzir os textos escritos em galego.

Embasamento teórico

Principais aspectos teóricos

O conceito de morfema é muito importante quando se trata de análises morfofonológicas. Neste trabalho, para realizar a análise dos dados encontrados, tomamos como ponto de partida a fragmentação das formas verbais em unidades mínimas portadoras de significado. Dos tipos de morfemas constituintes das formas verbais do PA estudadas, o mais recorrente é o morfema zero, já que, nas formas verbais imperativas coincidentes com a do presente do indicativo, não há morfemas modos temporais, ou melhor, eles são representados pelo morfema zero que marca essa ausência.

Rocha (1999, p. 27) afirma que foi no afã de descrever as línguas que os estruturalistas chegaram ao conceito de morfema. Bloomfield (1984 [1933], p. 564) diz que o morfema é uma forma recorrente (com significado) que não pode ser analisada em formas recorrentes (significativas) menores.

Para Rosa (2000, p. 48), cada morfema é um átomo de som e significado – isto é, um signo mínimo. De acordo com essa perspectiva, a morfologia é o estudo desses átomos e das combinações que podem ocorrer.

Monteiro (2002, p. 13) também apresenta uma definição para o conceito de morfema. O autor, assim como demais estudiosos, também declara que morfema é a menor unidade dotada de significado. De acordo com o autor, o morfema é uma unidade abstrata e que na prática pode ser representada por várias formas.

Segundo Monteiro (2002, p. 14), se observarmos as palavras *vida* e *vital*, parece claro que em ambas as ocorrências há um mesmo morfema, que se realiza como [vid] e [vit].

Para Monteiro (2002), a realização de um morfema é denominada de morfe e, quando houver mais de uma realização possível, chamamo-la de alomorfe. O autor declara que essa distinção é muito próxima da que existe entre fonema e fone.

Outro conceito morfológico relevante para o desenvolvimento desta pesquisa é a distinção entre radical e tema. Segundo Monteiro (2002, p. 41), observando os vocábulos portugueses, é possível verificar que geralmente terminam por uma vogal, depois da qual costumam aparecer as desinências. Nas palavras *casamento*, *foguete* e *cadeira*, por exemplo, após as vogais (o, e, a), temos o morfema /s/ indicativo de plural. E, segundo o autor, para identificarmos o radical de uma palavra, basta retirarmos a vogal final e tudo que aparece depois dela. Nesse caso, os radicais das palavras mencionadas são: *casament-*, *foguet-*, *cadeir-*.

Porém, quando o radical apresenta a vogal final, que passa a ser denominada vogal temática, o radical passa a ser conhecido por tema. Para Monteiro (2002, p. 41), o tema é um tipo de radical ou radical completo, pronto para receber os morfemas próprios das categorias gramaticais. O autor ainda propõe que a vogal temática, por ser átona, em contato com o sufixo iniciado por vogal, sofre o processo de elisão ou crase.

Já Rocha (1999, p. 102) define raiz como sendo um morfema comum a várias palavras de um mesmo grupo lexical, portador da significação básica desse grupo de palavras. Para o autor, “em *claro*, *clarear*, *aclarar*, *esclarecer*, *esclarecimento* e *clarividência*, a raiz é *clar-*. Em *livro*, *livrinho*, *livreiro*, *livraria* e *livresco*, a raiz é *livr-*. Em *tom*, *tonal*,

tonicidade, entoar, desentoar, toado e desentoadamente, a raiz é *tom*, com a variante *to-*” (ROCHA, 1999, p. 102).

Kehdi (2003, p. 27) apresenta uma opinião contrária à de Rocha (1999) e propõe que o radical corresponde ao elemento irreduzível e comum às palavras da mesma família. De acordo com o autor, devemos evitar a designação de raiz, vinculada à perspectiva diacrônica, para se referir ao radical. Segundo o autor, nem sempre há coincidência entre os enfoques sincrônicos e diacrônicos; por exemplo, em *comer*, o radical é *com-* (cf. *comida, comilão*), ao passo que a raiz é *ed-*. A raiz é do domínio da origem histórica e o radical é do domínio da sincronia da língua (KEHDI, 2003, p. 26-27).

Os conceitos de morfema, raiz e radical são muito relevantes para o desenvolvimento das análises dos dados, pois para compreender o funcionamento das formas verbais conjugadas no modo imperativo e verificar se estávamos diante de formas variantes ou não, foi necessário realizar primeiro uma divisão morfológica dos dados.

Metodologia e apresentação dos dados

A metodologia baseia-se no mapeamento das formas verbais do imperativo nas Cantigas de Santa Maria. Contamos também com glossários, vocabulários, dicionários, e, especialmente, com o glossário de Mettmann (1972), como auxílio na categorização das formas verbais. Abaixo, como ilustração, apresentam-se exemplos dos procedimentos de mapeamento dos dados nesta pesquisa:

- (1) Log' enton Santa Maria | a seu Fill' o Salvador
Foi rogar que aquel frade | ouvesse por seu amor
Perdon. E diss' el: “farey-o | pois end' avedes sabor
mas torn' a alma no corpo, | e **compra** ssa profisson.

(CSM 14, v.41-4)

- (2) A bõa dona se foi ben dali
a un' eigreja, per quant' aprendi,
de Santa Maria, e diss' assi:
“Sennor, **acorre** a tua coitada”.

(CSM 17, v.55-58)

- (3) Chorando dos ollos mui de oraçon,
lle diss': “Ai Sennor, **oe** mi oraçon [...]”.

(CSM 21, v.15-16)

Após a coleta dos dados, foram analisadas as estruturas morfológicas das formas verbais imperativas encontradas, comparando-as com a estrutura morfológica das formas verbais do presente do indicativo e do subjuntivo existentes no *corpus*, a fim de explicar se critérios, tais como ordem, presença ou ausência do sujeito e contextos relacionados a atos de fala (ordem ou pedido) podem ser utilizados para considerar uma forma imperativa ou não. Também foram analisadas as ocorrências de processos morfofonológicos durante a flexão verbal do imperativo nas formas mapeadas.

A coleta de dados no *corpus* proporcionou o mapeamento das formas verbais do modo imperativo nas CSM para a realização das análises. Apresentaremos, nesta seção, os resultados obtidos.

Foram coletadas 161 formas verbais conjugadas no modo imperativo. Desse total, 41 ocorrências estão conjugadas na 2ªpp e 121 na 2ªps. Observe os quadros com a quantificação dos dados:

Quadro 1 Formas Verbais Conjugadas no Imperativo na 2ªpp

Formas Verbais 2ªpp conjugadas no imperativo gramatical	Ocorrências
Seede	2 ocorrências (5.29; 99.100) ⁵
Levade	3 ocorrências (5.142; 134.45; 255.99)
Creed' (Creede)	2 ocorrências (6.5; 16.40)
Ide	11 ocorrências (11.47; 24.40; 40.4; 64.57; 69.71; 75.123; 125.29; 131.89; 155.28; 175.63; 259.17)
Fazede	1 ocorrência (16.41)
Pedide	1 ocorrência (16.42)
Estade	2 ocorrências (45.44; 45.44)
Oviade	2 ocorrências (45.89; 45.89)
Põede	1 ocorrência (48.32)
Oyde	2 ocorrências (52.8; 197.29)
Dizede	3 ocorrências (5.76; 64.56; 245.50)
Soltade	1 ocorrência (65.183)
Entrade	1 ocorrência (75.90)
Assolve	1 ocorrência (75.100)
Leixad'	2 ocorrências (119.43; 178.28)
Dade	1 ocorrência (134.46)
Acordade	1 ocorrência (134.66)
Enforcade	1 ocorrência (175,38)
Calade	1 ocorrência (175.68)
Veede	1 ocorrência (306.33)
Uviade	1 ocorrência (354.81)
Total	41 ocorrências

⁵ Lê-se cantiga 5. verso 29. Os números entre parênteses fazem referência ao número da cantiga e ao verso em que se encontram as ocorrências mapeadas.

Quadro 2. Formas Verbais Conjugadas no Imperativo na 2^aps

Formas verbais conjugadas no imperativo na 2^aps	Ocorrências
acorre	4 ocorrências (16.58, 303.31, 303.32, 357.17)
adu	2 ocorrências (116.40, 338.13)
ajuda	1 ocorrência (69.102)
busca	1 ocorrência (163.14)
cala	1 ocorrência (163.14)
cata	1 ocorrência (138.40)
chama	1 ocorrência (65.173)
come	2 ocorrências (353.82, 353.83)
coz	1 ocorrência (5.147)
dá	15 ocorrências (6.63, 21.18, 21.43, 21.48, 57.55, 105.114, 130.32, 167.28, 168.34, 251.71, 268.47, 299.29, 299.43, 381.26, 101.11)
deita	1 ocorrência (195.193)
deve	2 ocorrências (295.6, 296.7)
di	9 ocorrências (6.5, 6.84, 67.91, 104.47, 125.2, 125.50, 132.98, 139.40, 165.50)
erge	2 ocorrências (158.18, 237.82)
fais, faz	2 ocorrências (125.51, 130.16)
fuge	1 ocorrência (47.35)
guarda	6 ocorrências (47.4, 125.21, 130.17, 201.53, 237.61, 245.61)
guari	1 ocorrência (5.164)
leva	6 ocorrências (6.80, 6.84, 176.21, 176.26, 195.192, 381.27)
mete	2 ocorrências (119.58, 130.10)
muda	1 ocorrência (32.35)
nenbra	2 ocorrências (267.70, 268.42)
passa	1 ocorrência (158.23)
pon	1 ocorrência (127.54)
punna	1 ocorrência (80.24)
roga	11 ocorrências (155.52, 250.3, 250.5, 250.8, 250.10, 250.12, 250.18, 253.11, 343.42, 401.9, 401.54)
saca	1 ocorrência (138.40)
sal	5 ocorrências (75.155, 176.21, 176.27, 301.28, 352.46)
salva	4 ocorrências (40.7, 40.16, 40.25, 40.34)
sey	1 ocorrência (237.89)
talla	1 ocorrência (25.43)
toll/ tolle	2 ocorrências (16.65, 298.61)
torna	1 ocorrência (125.50)

vai/ vay	13 ocorrências (5.147, 47.27, 65.43, 65.72, 65.171, 75.78, 158.18, 158.23, 176.25, 265.75, 298.61, 299.25, 363.12)
val/valla	9 ocorrências (97.54, 103.35, 124.23, 186.53, 209.24, 337.30, 391.58, 385.18)
ven	3 ocorrências (75.138, 79.45, 79.46)
ves	2 ocorrências (115.332, 186.33)
Total	121 ocorrências

Ao observar os quadros, podemos afirmar que, nas CSM, ocorre o uso de 100% da forma imperativa no *corpus* analisado. Não foi mapeada nenhuma forma variante. Outro aspecto que merece destaque é o uso expressivo da 2ªps em relação a 2ªpp, num total de 74,7% e 25,3% de ocorrência respectivamente.

De acordo com Leão (2007, p. 150), sobre a composição linguística das cantigas marianas, Afonso X escreveu e supervisionou a composição dos textos pelos seus colaboradores, tendo como língua o galego-português.

Segundo a autora, não devemos tomar a linguagem das CSM como um registro da língua oral, pois “é sabido que a língua escrita, na modalidade literária, tem vocação para a permanência, resistindo às mudanças inevitáveis da língua oral” (LEÃO, 2007, p. 151).

Leão (2007, p. 151) ainda ressalta que a linguagem convencional das CSM, fixadas, sobretudo, na escrita, não pode ser confundida com o galego-português oral, que estava em constante mudança.

A fim de assegurar a produtividade das formas imperativas gramaticais, os dados foram analisados morfológicamente, levando-se em consideração seu contexto de aplicação. Essa metodologia também serviu para verificar se há ou não o uso de formas verbais variantes, funcionando como uma espécie de filtro para a categorização dos dados mapeados no *corpus*. Neste artigo apresentaremos uma breve análise do verbo *seer* (PA) = *ser* (PB), conjugado na 2ªpp.

A forma verbal *seede* apareceu mapeada duas vezes em nosso *corpus*. Em ambas as ocorrências o sentido expresso é o de ordem. Confira o contexto em que as ocorrências foram coletadas:

- (4) [...] Este meu irmão receb' oi mais por fillo meu,
e vos **seede**-ll' en logar de madre poren, vos rogu' eu,
e de o castigardes ben non vos seja greu;
en esto me podedes muy grand' amor fazer.

(CSM 5, v.28-31)

[...] e disse a Virgen santa | ao crerigo: “**Seede**,
e aqesta moller bõa | comungad' e assolvede [...].

(CSM 75, v.99-100)

Para verificarmos se *seede* é uma forma variante ou não, foi realizada a divisão morfológica do dado mapeado, comparando com a estrutura morfológica de seu correspondente no presente do indicativo. Não fizemos a comparação com a forma verbal do presente do subjuntivo, pois para formar o imperativo, a segunda pessoa do singular é extraída do presente do indicativo e não do presente do subjuntivo.

Comparando as duas estruturas morfológicas temos:

(5) Forma verbal coletada no *corpus*

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal				
<i>se</i>	<i>e</i>	<i>ø</i>		<i>-de</i>

(6) Correspondente no presente do indicativo

Radical/ Vogal temática/ Sufixo modo-temporal/ Sufixo número-pessoal				
<i>so</i>	<i>e</i>	<i>ø</i>		<i>-des</i>
<i>s</i>	<i>e</i>	<i>ø</i>		<i>-des</i>

Ao observarmos as estruturas morfológicas acima, afirmamos que a forma *seede* não possui as mesmas características morfológicas dos verbos conjugados no presente do indicativo. Com isso, é possível levantar a hipótese de que não se trata de uma forma variante do imperativo. Esse argumento pode ser levado em consideração pelo fato de termos formas verbais distintas para expressar o imperativo e o indicativo.

Segundo Williams (1973, p. 241), o verbo *ser*, em princípio, originou-se do verbo latino *sēdēre*. Porém, durante o período arcaico, muitas das formas de *sēdēre* foram substituídas por formas do verbo latino *esse*.

Maia (1997 [1986]), sobre esse assunto, afirma que várias formas do verbo *ser* (cf. *ser* no PA) resultam da fusão de dois verbos latinos: *esse* (do qual procede a maior parte das formas) e *sēdēre*. Sobre esse último, a autora afirma que em princípio significava estar sentado e ao longo dos anos, em espanhol e português, acabou se convertendo em sinônimo de *estar* e *ser*. Segundo Michēlis de Vasconcelos (1946 [1912-13]), o sentido original de *sēdēre* ainda se manteve até o século XIV. Nas CSM não foi mapeada nenhuma ocorrência com o sentido de estar sentado.

De acordo com Maia (1997 [1986], p. 814), para o presente do indicativo, registram-se as formas correspondentes a dois paradigmas: um que representa historicamente o presente do indicativo do verbo *esse* e outro o do verbo *sēdēre*.

Williams (1973, p. 241) traz a seguinte representação para os dois paradigmas:

(7) Presente do Indicativo Verbo *Sēdēre*

1^aps: *sēdēo* > *sejo* (arcaico)

2^aps: *sedes* > *sees* (arcaico)

3^aps: *sēdēt* > *see* > *se* (arcaico)

1^app: *sēdēmus* > *seemos* > *semos* (arcaico)

2^app: *sēdētis* > *seedes* > *sedes* (arcaico) ou *sendes* (arcaico e dialetal)

3^app: *sēdent* > *seem* (arcaico)

(8) Presente do Indicativo Verbo *Esse*

1^aps: *sŭm*> *som* ou *sō* (arcaico)

2^aps: *es*> *és* (arcaico)

3^aps: *est*>**es*

1^app: *sŭmus*> *somos*

2^app: *sŭtis*>*sodes*> *sois*

3^app: *sŭnt*>*som*>*são*

Analisando os paradigmas acima, podemos observar que a forma *seede* mapeada no *corpus* não pertence aos paradigmas expostos acima. Mettmann (1972) traz em seu glossário uma conjugação mista que envolve ocorrências vindas da conjugação do verbo *esse* e do verbo *sēdēre*:

(9) Presente do Indicativo Verbo *Seer*

1^aps: *sōo*, *soon*, *son*, *sejo*

2^aps: *es*, *eres*, *sees*

3^aps: *é*, *éste*, *see*, *sé*

1^app: *somos*

2^app: *sodes*, *sedes*

3^app: *son*, *seen*

Assim como Williams (1973), é possível verificar que, na conjugação proposta por Mettmann (1972), elaborada com os dados coletados das CSM, a forma *seede* não faz parte do paradigma do presente do indicativo.

Nesse sentido, para a forma ser considerada variante, ela teria de estar associada à forma conjugada no presente do indicativo; *seede* não é uma variante, mas sim uma forma própria para se expressar o imperativo.

Tanto Williams (1973) quanto Mettmann (1972) trazem uma conjugação própria para o modo imperativo do verbo *ser*.

(10) Mettmann (1972)

2^aps: *sei*

2^app: *seede*

Williams (1973)

2^aps: *sēdē*>**see*>*sei* (arcaico)

2^app: *sēdēte*>*seede*>*sede*

Se estivéssemos diante de uma forma variante, tanto na CSM 5 quanto na CSM 75, iríamos ter formas como *sois*, *sodes* ou *sede*, e não *seede* como fora mapeado. Analisando o contexto em que *seede* foi utilizada, temos uma ideia semântica de ordem direta. Se estivéssemos diante de um pedido ou ordem indireta, deveriam ser usadas formas indicativas e não imperativas, como propõe Câmara Jr. (1976 [1970]).

Conclusões

Ao observarmos a análise preliminar realizada com o verbo *seer* conjugado na 2^app, notamos a predominância do imperativo, ou seja, há preservação da construção canônica postulada pelas gramáticas históricas e tradicionais da formação do imperativo.

Não há indícios de formas variantes relacionadas à 2ªpp, pois não foi mapeada qualquer forma morfológica idêntica para representar o imperativo e o presente do indicativo ao mesmo tempo da 2ªpp nas CSM.

Ao realizar a divisão das formas conjugadas em morfemas, observamos que os verbos mapeados no *corpus* são quase idênticos às formas do presente do indicativo, contudo, sem o –s final. Nesse sentido, podemos confirmar a hipótese de que o sistema verbal da língua portuguesa no PA, sobretudo no que diz respeito ao uso dos modos verbais, era bem definido.

REFERÊNCIAS

- ALI, S. M. *Gramática histórica da língua portuguesa* Brasília: UnB, 1964.
- BLOMFIELD, L. *Language*. Chicago: The University of Chicago Press, 1984.
- CÂMARA Jr., J. M. *Dicionário de filologia e gramática referente à língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1964.
- _____. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976 [1970].
- COUTINHO, I. L. de. *Gramática histórica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FARACO, C. A. *The imperative sentence in Portuguese: a semantic and historical discussion*. 1982. Tese (Doutorado) – University of Salford, Manchester. 1982.
- FARIA, E. *Gramática superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- FERREIRA, M. P. The Stemma of the Marian Cantigas: Philological and Musical Evidence. *Bulletin of the Cantigueiros de Santa Maria*, Cincinnati, n. 6, p. 58-98, 1994.
- FILGUEIRA VALVERDE, J. Introducción. In: ALFONSO X EL SABIO. *Cantigas de Santa María*. Códice Rico de El Escorial. Madrid: Castalia. p. 11-63, 1985.
- KEHDI, V. *Morfemas do português*. São Paulo: Ática, 2003.
- LEÃO, Â. V. *Questões de linguagem nas Cantigas de Santa Maria, de Afonso X*. Ensaio – Associação Internacional de Lusitanistas (AIL), 2002. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/fale/pos/ail/leao01.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2005.
- MAIA, C. *História do galego-português*. 2. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian/ Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1997 [1986].
- MATTOS E SILVA, R. V. *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do Português Arcaico*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.

- _____. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo: Contexto, 2001.
- MAURER JUNIOR, T. H. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1959.
- MENON, O. P da S. *O imperativo no Português do Brasil*. 1984. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Paraná, Curitiba. 1984.
- METTMANN, W. *Glossário*. In: AFONSO X, O SÁBIO. *Cantigas de Santa Maria*. Coimbra: Universidade, 1972. (Glossário, v. 4).
- MICHAËLIS DE VASCONCELOS, C. *Lições de filologia portuguesa* (segundo as preleções feitas aos cursos de 1911/12 e de 1912/13) Seguidas das Lições Práticas de Português Arcaico. São Paulo: Martins Fontes, 1946 [1912-1913].
- MONTEIRO, J. L. *Morfologia portuguesa*. Campinas: Pontes, 2002.
- O' CALLAGHAN, J. F. *Alfonso X and the Cantigas de Santa Maria: a poetic biography*. Leiden; Boston; Koln: Brill, 1998.
- PARKINSON, S. As Cantigas de Santa Maria: estado das questões textuais. *Anuario de estudios literarios galegos*, Vigo, p. 179-205, 1998.
- PENA, X. R. *Literatura galega medieval*. Santiago de Compostela: Gotelo Blanco, 1992.
- PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 1996.
- PONTES, E. *Estrutura do verbo no português coloquial*. Petrópolis: Vozes, 1972.
- ROCHA, L. C. A. de. *Estruturas morfológicas do Português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- ROSA, M. C. *Introdução à morfologia*. São Paulo: Contexto, 2000.
- SCHERRE, M. M. P. Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: BAGNO, M. (Org.) *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 217-230.
- SILVA NETO, S. *da História da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1952.
- STAVROU, C. *Portuguese pronouns and command forms*. Hispania: American Association of Teachers of Spanish and Portuguese, 1973. p. 92-93.
- VILELA, M.; KOCH, I. V. *Gramática da língua portuguesa: gramática da palavra, gramática da frase, gramática de texto*. Coimbra: Livraria Almedina, 2001.
- WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.